

**ATA**

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva e Vereadores - Domingos Bragança Salgado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador César Manuel de Castro Machado, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Técnica Superior, Marta Sofia das Neves Ribeiro Cunha. -----

Pelas 10:00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1 - Vereador José Torcato Ribeiro – Quis saber que posição vai tomar a gestão municipal perante o Acórdão do Tribunal de Contas relativo ao contrato de professores para as denominadas atividades de enriquecimento curricular (AEC), mostrando-se particularmente preocupado com uma atividade importante que emprega muitos jovens do concelho. -----

2 - Vereador Amadeu Portilha – Manifestou, igualmente, a sua preocupação quanto ao Acórdão do Tribunal de Contas referido pelo Vereador José Torcato Ribeiro, bem como com as notícias já veiculadas de que no próximo ano letivo as atividades de enriquecimento curricular vão ser reduzidas para 50%, o que trará graves consequências para os 232 docentes que este ano estão a lecionar estas atividades. -----

3 - Vereadora Francisca Abreu – Abordou, igualmente, a

questão das atividades de enriquecimento curricular, comentando uma circular da Associação Nacional de Municípios onde é informado que, no próximo ano letivo, vai aumentar a carga curricular dos docentes do 1.º ciclo em uma hora, das 15:30h às 16:30h, sendo a gestão da hora diária de atividade de enriquecimento curricular da competência das escolas, que poderão recorrer a professores com horário zero atribuído. Finalizou, relevando a melhoria muito substantiva do desempenho dos alunos do 1.º ciclo nos últimos anos, pelo que estes cortes poderão significar retrocesso e perda de qualidade do ensino. -----

4 - Presidente da Câmara – Sobre a intervenção do Vereador José Torcato Ribeiro referiu que a Câmara Municipal apresentará recurso sobre o Acórdão do Tribunal de Contas. Disse, também, estar muito preocupado com a redução em 50% das atividades de enriquecimento curricular, pelo que acompanhará de perto este assunto. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1 – Deu conhecimento de um atropelamento mortal ocorrido na freguesia de Ponte, no passado dia 25 de maio; **2** – Da realização, pela Associação Comercial e Industrial de Guimarães e Tuna Veterana da Universidade Portucalense, no passado dia 25 de maio, no auditório da Universidade do Minho, da II edição do evento “Conquistador”, iniciativa de carácter solidário que este ano elegeu a Cooperativa Fraterna como entidade beneficiária dos bens alimentares angariados. **3** – Do constrangimento de trânsito na Variante de Creixomil, no dia de hoje, entre as 21:00 e por um período estimado de 6 horas, na sequência das obras de beneficiação daquela via. **4** – De ter recebido mensagens de congratulação pela conquista da Taça da Portugal pelo Vitória Sport Clube da parte de várias personalidades portuguesas. Disse



ter recebido, igualmente, felicitações de personalidades de países como Moçambique, Angola, Bélgica, Tunísia e Alemanha. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

VOTO DE CONGRATULAÇÃO E LOUVOR – VITÓRIA SPORT CLUBE – TAÇA DE PORTUGAL - Presente a seguinte proposta:

“O Vitória Sport Clube conquistou, no passado domingo, a Taça de Portugal, o primeiro grande título nacional da sua história de noventa anos. Foi um momento com grande intensidade, fervor clubístico e identificação com uma cidade e região, vivido por mais de uma dezena de milhares de vimaranenses e vitorianos que se deslocaram ao Jamor numa inigualável expressão de apoio e júbilo, mas também por todos aqueles que acompanharam a final em Guimarães, vibrando entusiasticamente e manifestando-se nas ruas da cidade durante mais de sete horas, desde o final do encontro até alta madrugada, á hora em que a equipa chegou a Guimarães e foi recebida por milhares, desde a Alameda Mariano Felgueiras até ao Largo do Toural. O Vitória Sport Clube é, desde há noventa anos, uma grande bandeira da identidade clube-cidade-município-região. Durante nove décadas, o clube foi construído por centenas de dirigentes e milhares de sócios, representado por atletas e técnicos, referências do País, classificado como um Histórico do Futebol Nacional mas, embora possuindo uma história de grandes triunfos e momentos de júbilo, numa tinha alcançado uma vitória nas primeiras competições do futebol nacional. O êxito conquistado no passado domingo no Estádio de Jamor passou a ser assim o maior feito da História vitoriana e foi dessa forma que foi sentido por todos que o viveram intensamente e festejaram. Ele sucede em momento

particular da vida vitoriana, quando foi necessária uma viragem na gestão desportiva e financeira do clube, realizada com identificação e empatia dos associados com as opções prosseguidas que foram concretizadas com notáveis êxitos no campo de jogos e apontadas como exemplo a seguir no todo nacional. Muitos dos que construíram o clube no seu percurso de vida, deixaram-nos sem viver esta hora, mas sonharam com ela em 1942, 1963, 1975, 1988 e 2011, anos das cinco presenças em finais anteriores, e é justo que também a eles, ela deva ser dedicada. A Câmara Municipal, na sua pluralidade de representação política, identificando-se totalmente com a alegria vivida na tarde, noite e madrugada de 26 de maio de 2013, data que ficará na memória de toda a comunidade vimaranense, manifesta a sua maior congratulação pelo momento vivido no passado domingo, e aprova um voto de agradecimento e louvor a todos aqueles que mais diretamente o construíram, atletas, técnicos e dirigentes do clube de todos nós.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**-----

VOTO DE PESAR – JAIME FERREIRA FERNANDES – Presente a seguinte proposta: “Faleceu, no início desta semana, o empresário Jaime Ferreira Fernandes, cidadão que, em toda a sua vida, contribuiu para o desenvolvimento económico do concelho, particularmente na área industrial de Pevidém. Foi um empresário exemplar, quer na vertente profissional, quer nas relações sociais e laborais que sempre estabeleceu, quer na colaboração que prestou ao Município e à autarquia de Selho S. Jorge para a concretização de importantes projetos de interesse público. Colaborou, também particularmente, na Cooperativa “Turipenha”, de que era acionista, ajudando decisivamente à viabilização do equipamento do Teleférico da Penha. Nesta hora de dor, proponho



que a Câmara Municipal aprove um voto de pesar que será transmitido à sua família.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2013

- Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião.

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Abstiveram-se o Presidente da Câmara e a Vereadora Francisca Abreu, por não terem estado presentes na reunião. Abstiveram-se, igualmente, os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, alegando, para tal, que, embora a ata reproduza fielmente o que o Vereador Domingos Bragança referiu relativamente ao assunto relacionado com os contratos de swaps celebrados pela VIMÁGUA, EIM, SA, tal declaração contém um equívoco quanto ao valor da taxa Euribor a 6 meses no dia 8 de junho de 2009, que era de 1,487% e não de 3,1% como foi dito pelo mesmo Vereador em documento que leu e foi transcrito para a ata. -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – SEGUNDO ADITAMENTO

– Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 13 de janeiro de 2011, deliberou aprovar o primeiro aditamento ao Protocolo de Atribuição de Subsídio celebrado com a Junta de Freguesia de SANDE VILA NOVA, em 23 de abril de 2009, autorizando a prorrogação do prazo de elaboração do projeto e construção da Capela Mortuária até ao final do ano de 2011, bem como a transição da respetiva verba, no valor de 12.812,22 €. Em

8 de novembro de 2011, a Junta de Freguesia de SANDE VILA NOVA informou a Câmara Municipal de Guimarães da conclusão do projeto da Capela Mortuária, apresentando o valor de 5.000,00€ a título de honorários, sendo que procedemos ao seu pagamento, após informação da Divisão de Estudos e Projetos e auto de medição, elaborado pelo Departamento de Obras Municipais, em 25 de janeiro de 2012. Em carta dirigida a esta Câmara Municipal, em 9 de abril de 2013, a Junta de Freguesia de SANDE VILA NOVA informou não ser possível a construção da Capela Mortuária, solicitando a alteração do objeto daquele Protocolo, de forma a utilizar a verba remanescente para a construção das instalações sanitárias de apoio ao Cemitério. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Atribuição de Subsídio, celebrado em 23 de abril de 2009, passando as cláusula 1.^a e 3.^o a ter a seguinte redação: **Cláusula 1.^a** - "O presente protocolo tem por objeto a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de SANDE VILA NOVA para a "Elaboração do Projeto da Capela Mortuária e construção das instalações sanitárias de apoio ao Cemitério"; **Cláusula 3.^a** - "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1.^a, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013." Mais se propõe a aprovação da transição da verba remanescente de €7.812,82 para o ano de 2013." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE GANDARELA – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – SEGUNDO ADITAMENTO – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães em sua reunião realizada em 29 de novembro de 2012, deliberou aprovar o primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de competências celebrado com a Junta de



Freguesia de Gandarela, relativo ao ano de 2009, alterando o seu objeto, de forma a proceder à pavimentação da rua do Assento, em vez das ruas de Combro e da Casa Nova, autorizando a prorrogação da sua execução e a transição da respetiva verba, no valor de 8.102,33 €, para o ano de 2012. Em 15 de fevereiro de 2013, a Junta de Freguesia de Gandarela informou a Câmara Municipal de Guimarães do início dos trabalhos de pavimentação da rua do Assento. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação do segundo aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências, relativo ano de 2009, alterando-se a 3ª cláusula que passa a ter a seguinte redação: "Para a realização do objeto do presente Protocolo, contido na cláusula 1ª, a Junta compromete-se a concluir as obras até 31 de dezembro de 2013.", bem como a aprovação da transição da respetiva verba de 8.102,33€ para o ano de 2013." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

URBANISMO - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA INTERVENÇÃO PROMOVIDA PELA "AGÊNCIA DE VIAGENS E TRANSPORTES VALE DO AVE" – O Presidente da Câmara solicitou que este assunto fosse retirado da ordem de trabalhos para posterior clarificação dos documentos, pelo que a proposta foi retirada. -----

PROTOCOLOS – MINUTA DE PROTOCOLO PARA CANDIDATURA DA CIM DO AVE AO AVISO POVT-36-2013 PARA AQUISIÇÃO DE EPI – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA COMBATE A INCÊNDIOS EM ESPAÇOS NATURAIS ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS DAS TAIPAS E GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: "Na sequência do aviso POVT-36-2013-60, para apresentação de candidaturas ao eixo prioritário II – Sistemas Ambientais e de prevenção, gestão e

monitorização de riscos, elegível para as Comunidades Intermunicipais (CIMs) e para a aquisição de equipamento de proteção individual para combate a incêndios em espaços naturais, entenderam os municípios da CIM do Ave apresentar uma candidatura para o efeito, dirigido à substituição dos referidos equipamentos nas corporações dos bombeiros. Esta candidatura é fundamental para a renovação dos referidos equipamentos de proteção individual dos bombeiros, para o combate a incêndios florestais. No total, para Guimarães, serão adquiridos 104 conjuntos, num total de 624 peças, de entre capacetes, botas, dólmen, calça, luvas e cogula florestal. Assim, submete-se a deliberação da câmara municipal a minuta dos protocolos a celebrar com a CIM do Ave e as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e das Taipas, conforme documentos que se juntam em anexo como docs 1 e 2. Destes protocolos resulta a ligação da Câmara Municipal de Guimarães às respectivas corporações, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, bem como a assunção de 7,5% do valor da candidatura, correspondente a 4.103,00€. A Autoridade Nacional da Proteção Civil responsabiliza-se pelos restantes 7,5%, sendo a taxa de comparticipação de 85%, pelo valor total de candidatura de 54.704,00€." As minutas dos protocolos dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO E SUBSEQUENTE INTERNALIZAÇÃO DAS RESPETIVAS ATIVIDADES NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: **"1. Considerandos:** A Lei nº



50/2012, de 31 de Agosto, que aprovou o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, alterou o enquadramento legal das empresas locais, impondo a tomada de decisões no que diz respeito à Sociedade AVEPARK – PARQUE DE CIÊNCIA e TECNOLOGIA, SA, EM, de modo a conformar a intervenção do Município de Guimarães naquele equipamento com o novo quadro legal; A opção política, consensual, tem caminhado no sentido de ser encontrada solução que dê continuidade ao investimento realizado no âmbito da AVEPARK, considerando a sua vital e reconhecida importância para a região, cujo desenvolvimento, embora prejudicado pelas atuais condições financeiras e económicas nacionais e internacionais, deve ser assegurado de modo a não retirar a toda uma região o seu principal instrumento de recuperação da atividade económica e de competitividade à escala global; Nesse contexto, e considerando as normas consagradas no aludido diploma legal, iniciou-se um estudo de todo o processo, abrangendo as suas várias dimensões; Todavia, e com o desenvolvimento dos estudos, os respetivos serviços municipais sugeriram que o processo, atendendo à sua especial complexidade e às implicações técnico-jurídicas em presença, deveria ser objeto de estudo por técnicos especialistas com formação específica e experiência comprovada nestas matérias; De facto, as diferentes vertentes jurídicas implicadas neste processo, já identificadas pelos serviços aquando do seu estudo, implicam, para uma tomada de decisão consistente e sustentada, uma abordagem pluridisciplinar capaz de originar uma solução que contemple todas aquelas vertentes; A referida Lei nº 50/2012 veio alterar substancialmente o quadro legal que sustenta a existência e a atividade da AVEPARK. Com efeito, a AVEPARK, atento o seu objeto (gestão e exploração de parques de ciência e

tecnologia), não tem enquadramento no âmbito das atividades elegíveis para as empresas abrangidas pelo artigo 45º da referida Lei (empresas locais de gestão de serviços de interesse geral), nem nas abrangidas pelo artigo 48º (empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional); Por outro lado, a Lei nº 50/2012 define, ainda, um conjunto de critérios que, quando não cumpridos, implicam a dissolução, transformação, integração, fusão ou internalização das empresas locais. Neste contexto, no caso da AVEPARK, constata-se o incumprimento de mais do que um dos critérios estabelecidos no nº1 do artigo 62º, de onde resulta a obrigatoriedade da sua dissolução; Com a atual estrutura acionista, onde o Município de Guimarães detém uma posição superior a 70%, e analisados os cenários que a lei prevê – alienação, dissolução, integração (ou fusão) e internalização – parece, à partida, que este último seria o mais adequado à situação em causa, pelas seguintes razões: - A **alienação** não se revela exequível devido ao facto de não se vislumbrar, na atual conjuntura, um tomador para a participação do Município de Guimarães; - A **dissolução** significaria abandonar o desígnio da dinamização e valorização da atividade económica e empresarial da região, para além de colocar a questão dos compromissos entretanto assumidos perante as empresas e organizações já instaladas no Parque; - A **integração** também não parece exequível pelo facto de, para além de não existir uma empresa municipal com as características necessárias para o efeito, a atividade da AVEPARK não ser elegível para efeitos do objeto das empresas do sector empresarial local (artigos 45º e 48º); - A **internalização** no Município de Guimarães, que teria a virtude de manter as condições infraestruturais para o cumprimento da missão, sendo que a componente não material dessa missão



deveria ser tomada por um outro veículo de natureza diferente; Este afigura-se o modo como, enquanto realidade física existente e enquanto marca, a AVEPARK se poderia manter, com a consequente preservação das responsabilidades assumidas ao longo do tempo de vida do projeto no atual formato; Entretanto, a Assembleia Geral da Sociedade AVEPARK deliberou, por unanimidade, em sessão realizada no passado dia 25 de janeiro, aprovar a dissolução da empresa; Assim, de acordo com o disposto no nº 2, do artigo 61º, da mesma Lei nº 50/2012, é necessário apresentar aos órgãos municipais competentes uma proposta de dissolução da AVEPARK e subsequente internalização das respetivas atividades no Município de Guimarães; A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos e formação especializados e experiência de diversos ramos do Direito, designadamente administrativo, contratação pública e finanças públicas; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **2. Proposta:** Submete-se, assim, à consideração superior que, ao abrigo dos n.ºs 4 e 10, do art.º 75.º, da Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro (LOE 2013), a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a elaboração de proposta de dissolução da AVEPARK e subsequente internalização das respetivas atividades no Município de Guimarães. b) A despesa estima-se em € 4.500,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

c) Esta despesa encontra-se cativada previamente, conforme documento nº 1683/13 da Divisão de Contabilidade, em anexo. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante Ajuste Direto, de acordo com a alínea a), do nº 1, do art.º 20º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro - Código dos Contratos Públicos – contratando-se o Prof. Doutor António Miguel Ferro Catela Teixeira, atendendo ao facto de se tratar de técnico especialista com formação específica e experiência comprovada nas matérias jurídicas em apreço. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 27º da LOE 2013, por remissão do art.º 75.º do mesmo diploma legal, considerando que a proposta de honorário apresentava um valor de 5.000,00€.”

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Absteve-se o Vereador José Torcato Ribeiro que apresentou a seguinte **declaração de voto:** “O Avepark continua a ser para nós um pólo de irradiação de investigação e desenvolvimento útil para a conveniente diversificação da estrutura económica de Guimarães. Assim sendo, acompanhamos com interesse o seu presente e as perspectivas de futuro, onde não podem deixar de ser enquadrados os efeitos das medidas do governo, de que a busca, legítima, da melhor solução parece estar confinada à internalização. Embora a legislação imperativa do governo PSD/CDS deixe margem estreita para ser percorrida, o que se compreende da parte de quem ataca furiosamente tudo o que cheire a estado, compreende-se, mas não se aceita, entende a CDU que seria oportuno não desperdiçar a



oportunidade de promover um estudo cuidado e rigoroso sobre a saída para onde, por força da lei persecutória, o Avepark foi empurrado, suas implicações na estrutura da Câmara e perspectivas no desenvolvimento das interações com a envolvente industrial. Para nós a valia do Avepark não está sob reserva de nenhuma espécie, o que não pode ser confundido com a exigência de um modelo de gestão eficiente e eficaz.” -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – COORDENAÇÃO CIENTÍFICA DAS AÇÕES A REALIZAR TENDENTES À INSTALAÇÃO E ABERTURA DO EQUIPAMENTO “CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE GUIMARÃES”

– Presente a seguinte proposta: **1. Objeto:** coordenação científica das ações a realizar tendentes à instalação e abertura do equipamento “centro de ciência viva de Guimarães a concretizar no edifício da antiga fábrica âncora localizado na zona de Couros, freguesia de S. Sebastião, Guimarães; **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimento e formação especializados e experiência em coordenação de projetos e conhecimento / saber em áreas como têxtil, engenharia civil, domótica, informática, reciclagem entre outras que correspondem às temáticas e componentes científicas a contemplar e desenvolver no centro de ciência viva de Guimarães. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, datada de 26 de fevereiro de 2013, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:**

Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de serviços referente coordenação científica das ações a realizar tendentes à instalação e abertura do equipamento, considerando os seguintes elementos:

a) O objeto do contrato é a coordenação científica de todo o conteúdo expositivo do futuro centro de ciência viva de Guimarães, assegurando coerência relativamente à sua estratégia de atuação, diversidade expositiva e coerência de todas as componentes que irão caracterizar o equipamento em causa. Em função do trabalho a realizar, entre as ações a desenvolver destacam-se o aprofundamento científico e tecnológico de módulos expositivos, compatibilização e coerência entre módulos expositivos e a estratégia global do equipamento, elaboração de uma narrativa suportada na temática definida para este centro de ciência viva e, naturalmente, um conhecimento científico estruturado e potencialidades tecnológicas que poderão resultar do know-how próprio ou fruto de parcerias identificadas como úteis. O trabalho a realizar, de carácter fundamentalmente de coordenação e produção de conteúdo complementar ao desenvolvimento dos módulos expositivos já observados, assumirá uma carácter "imaterial" e de interdisciplinaridade que deverá atender à especificidade de cada área e saber sem perda de uma visão conjunta e global do equipamento.

b) A despesa anual estima-se em € 24.600,00 (*vinte e quatro mil e seiscentos euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.3 (centro de ciência viva), correspondente ao ano de 2013;

d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste direto



com convite a uma entidade nos termos e disposições da alínea a, número 1, artigo 20 do decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos. Envolvendo um conjunto alargado de saberes e conhecimento e necessitando de uma disponibilidade temporal muita expressiva e implicando um conhecimento aprofundado da realidade já executada e elaborada, julga-se que este serviço poderá ser assegurado pela Universidade do Minho em função da sua larga experiência neste processo e reunião de saber e conhecimento específico sobre a matéria em causa). Assim, julga-se que a entidade a convidar deverá ser a Universidade do Minho. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conforme documento em anexo. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS – ANO LETIVO 2013/2014

– Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “**1. Objeto:** Aquisição de serviço de transporte de alunos de 13 estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino do 1º ciclo. **2. Considerando que:** a presente prestação de serviço se destina a assegurar o transporte de alunos que, em resultado do reordenamento da rede escolar, foram integrados em outros estabelecimentos de ensino, e, no período de almoço, daqueles cuja escola não dispõe de condições para a confeção de

refeições ou para a implantação de um serviço de refeições transportadas; os serviços municipais não dispõem de recursos quer humanos, quer técnicos, para a prestação deste serviço; se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de aquisição de serviço de transporte de alunos, considerando os seguintes elementos: a) a despesa para o ano letivo 2013/2014 estima-se em €352 640 (trezentos e cinquenta e dois mil seiscentos e quarenta euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, dos quais €324 800 (trezentos e vinte e quatro mil e oitocentos euros) se destinam a transporte escolar e €27 840 (vinte e sete mil oitocentos e quarenta euros) a transporte no período de almoço; b) a despesa encontra-se cabimentada nas rubricas 2.1.2.56 e 2.1.2.57, referente a refeitórios escolares de jardins de infância e 1.º CEB e transportes escolares, conforme declarações de cabimento em anexo; c) o procedimento de formação do contrato será mediante concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b), do número 1, artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos. c) os encargos a suportar com este procedimento têm relevância em mais do que um ano económico pelo que deverá, ainda, ser objeto de aprovação pela Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos, conforme a seguir se discrimina: Lote 1: setembro a dezembro 2013 - €120 400; janeiro a julho de 2014 - €204 400; Lote 2: setembro a dezembro 2013 - €10 320; janeiro a julho de



2014 - €17 520. d) a redução prevista nos artigos 27º e 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro, foi aplicada.” **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PROJETO DE EXECUÇÃO “BENEFICIAÇÃO E LIGAÇÃO DA ANTIGA ESTRADA NACIONAL 310 À “VARIANTE DE CREIXOMIL”, FREGUESIA DE SILVARES – Presente a seguinte informação:

“1. Objeto: projeto de execução “beneficiação e ligação da antiga estrada nacional 310 à “variante de Creixomil”, freguesia de Silvares. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretendem contratar requer conhecimento e formação especializados e experiência em coordenação de projetos e conhecimento / saber em áreas como estabilidade, rede de drenagem de águas pluviais, águas residuais, eletricidade e engenharia viária. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, datada de 11 de abril de 2013, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração do contrato de serviços referente ao projeto de execução “beneficiação e ligação da antiga estrada nacional 310 à “variante de Creixomil”, freguesia de Silvares, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é o

projeto de execução "beneficiação e ligação da antiga estrada nacional 310 à "variante de Creixomil", freguesia de Silvares. Em 23 dezembro '08, a Câmara Municipal de Guimarães e um conjunto de promotores privados celebraram um contrato de urbanização que visou fixar as regras e condicionantes a observar na concretização física do estudo urbanístico denominado "nova centralidade de Silvares". Em 28 janeiro '11, as mesmas partes celebram um aditamento ao contrato de urbanização inicial, constando do mesmo aditamento a obrigação (da parte privada e de acordo com os elementos desenhados anexo) da elaboração do projeto e construção do ramal de acesso à variante de Creixomil (a partir da denominada rotunda de Mouril), ramal esse que implica a requalificação e reperfilamento da antiga estrada nacional 310 e construção de um novo troço viário (maioritariamente faixa de aceleração de inserção na variante de Creixomil) no prazo de 90 dias após a emissão do respetivo alvará de obras de urbanização. Hoje, das obrigações constantes do contrato celebrado, verifica-se que ainda não foi concretizada a intervenção inerente à beneficiação e ligação da antiga estrada nacional 310 à "variante de Creixomil". Não se concretizando hoje a apresentação / execução de tal intervenção, observa-se hoje, quer pelo seu (presumível) impacto relevante na realidade territorial e quotidiano da população, quer pela coerência que emprestará a todo o processo de planeamento para aquela área, afigura-se como prioritária a beneficiação e ligação da antiga estrada nacional 310 à "variante de Creixomil". Assim, e porque na ausência do cumprimento das obrigações inerentes ao contrato de urbanização, importa proceder, por meios municipais ou através dos mesmos (e ao abrigo de garantias bancárias realizadas) as ações necessárias tendentes à concretização desta



obra física – beneficiação e ligação da antiga estrada nacional 310 à variante de Creixomil. A primeira dessas ações reporta-se à execução do prévio projeto de execução, o qual por falta de disponibilidade e ausência de especialidades técnicas dos recursos humanos da autarquia, deverá ser assegurado externamente à Câmara Municipal de Guimarães. a. A despesa anual estima-se em €13.500,00 (*quinze mil euros*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. Este valor resulta da fixação de um preço base de €15.000,00 (*quinze mil euros*) ao qual foi aplicado uma taxa de redução remuneratória (em conformidade com a legislação em vigor) de 10% preço base. B. Preço base: €15.000,00; c. Redução remuneratória: 10% do preço base - €1.500,00; d. Preço base final: €13.500,00. b) - A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2 06 (elaboração de estudos e projetos), correspondente ao ano de 2013. c) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante um procedimento de ajuste direto com convite a uma entidade nos termos e disposições da alínea a, número 1, artigo 20 do decreto-lei 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos. Porque o trabalho projetual subjacente a este ramal viário se afigura de especificidade e especialidades técnicas que os serviços da divisão de planeamento urbanístico não se apresentam possuir, e porque o técnico, engenheiro José Peixoto, que já elaborou os projetos quer da denominada rotunda de Mouril, quer do reperfilamento do arruamento entre a mesma rotunda de Mouril e a rotunda de Silves, se afigura aquele melhor habilitado a executar o projeto em causa, julga-se propor convite ao engenheiro José Peixoto (em função do atrás mencionado), para averiguação da disponibilidade e condições para a execução do trabalho (incluindo todas as especialidades e trabalhos necessários) inerentes à construção do

ramal viário previsto. d) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. e) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro.”

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA. Votou contra o Vereador José Torcato Ribeiro. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE 1.600.000 LITROS DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL

- ADJUDICAÇÃO - Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em assunto, em anexo, propondo que o fornecimento seja adjudicado ao concorrente “Creixoauto – Combustíveis e Lubrificantes, SA”, pelo preço contratual de €1.725.232,00 (um milhão setecentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e dois euros) + IVA. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador José Manuel Antunes não participou na discussão e na votação da proposta por considerar impedido.** -----

PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO – VITRUS – AMBIENTE EM SA

– Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Património Municipal: “A Vitrus Ambiente E.M. S.A. vem solicitar autorização para ocupação do edifício municipal, sito na Avenida Cónego Gaspar Estação, freguesia Oliveira do Castelo, para instalação da sua sede social, bem como os respetivos serviços administrativos, pois atualmente estão sedeados num edifício arrendado cujo custo mensal é, aproximadamente, de €1.550,00. A Vitrus pretende, com a transferência da sua sede e serviços



administrativos para o edifício municipal, a prestação de um serviço mais centralizado e mais apropriado para melhor servir aqueles que necessitam dos serviços da empresa municipal. O prédio em causa encontra-se registado, a favor do Município, na competente Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o n.º 584 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 655/Oliveira do Castelo. Assim, aquela empresa municipal solicita a cedência do imóvel acima identificado mediante a celebração de um contrato de comodato por um **período de 20 anos**, prorrogável por períodos de um ano, comprometendo-se a executar as obras necessárias para a instalação dos seus serviços, de acordo com o projeto municipal, cujo investimento aproximado é de €175.000,00. Deste modo, entende a Vitrus que, com a cedência do edifício e as consequentes obras de reabilitação, atribui-se um contributo importante para o interesse comum de ambas as entidades, pois se por um lado garante-se uma melhor localização e um melhor funcionamento dos serviços daquela empresa municipal, por outro lado reabilita-se um imóvel municipal que se encontra devoluto e localizado no centro da cidade. Assim, submete-se à consideração superior a celebração de um contrato de comodato, tendo como objeto a cedência da utilização do imóvel sito na Avenida Cónego Gaspar Estação, da freguesia de Oliveira do Castelo, descrito na Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóveis de Guimarães sob o n.º 584 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 655º, por parte da Vitrus, destinando-se ao funcionamento das suas instalações, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. Em caso de concordância superior, deverá o assunto ser submetido a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do n.º 4

do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. O Vereador Amadeu Portilha não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais. -----**

RECURSOS HUMANOS – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CARGO DIRIGENTE – DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA – Presente a seguinte proposta: “A

deliberação da Câmara Municipal que aprovou a estrutura flexível dos serviços do município determinou a criação de 21 unidades flexíveis, dirigidas por chefes de divisão municipal, encontrando-se providas apenas 18, em comissão de serviço ou em regime de substituição. Desde 1 de janeiro do corrente ano que a Divisão de Administração Direta, integrada no Departamento de Obras Municipais, se encontra vaga, na sequência da aceitação de requerimento de cessação da comissão apresentado pelo interessado. As competências atribuídas àquela divisão foram asseguradas, desde janeiro até 31 de março do corrente ano, pelo diretor do Departamento de Obras Municipais, tendo-se evidenciado desde então a necessidade de uma chefia intermédia que organize e dirija os trabalhos concretamente afetos àquela unidade orgânica, os recursos humanos e materiais, assegure a necessária coordenação com os encarregados responsáveis pelas diversas áreas de atuação e assuma a orientação, controlo e avaliação do desempenho e da eficiência dos serviços, pelo que, foi designado o técnico superior JOSE PARCÍDIO MEIRA LEITE SALGADO para assegurar o exercício do cargo de chefe da DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA, em regime de substituição,



ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, aplicável à administração local por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, com efeitos **a partir de 1 de abril de 2013**. A designação em regime de substituição, apenas perdura pelo prazo de 90 dias, cessando a mesma já no próximo dia 30 de junho, salvo se entretanto estiver em curso procedimento concursal para a designação de novo titular. Tendo em conta que a assembleia municipal, aprovou em sessão realizada em 16 de maio corrente a designação do júri do procedimento concursal, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto e verificando-se a necessidade urgente de abertura do procedimento concursal, sob pena de ficarem comprometidas a gestão e coordenação da unidade orgânica, proponho que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal a abertura do procedimento concursal para preenchimento do cargo de CHEFE DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DIRETA. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – FORMAÇÃO PROFISSIONAL – CANDIDATURA POPH – COMPARTICIPAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação tomada pelo Conselho Intermunicipal de Finanças da Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE), em sua reunião de 29 de novembro de 2011, foram aprovadas as Grandes Opções do Plano para 2012, no âmbito das quais se previa a comparticipação pelos municípios associados em projetos financiados pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH), nos Eixos 3.4 (Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Local) e 2.3. (Formações Modulares Certificadas), tendo como destinatários os respetivos

trabalhadores. No âmbito deste projeto, aquela Associação de Municípios remeteu a esta autarquia o mapa de distribuição de custos pelos municípios associados, cabendo ao município de Guimarães uma comparticipação no montante total de 22.473,41€. Por deliberação da Câmara Municipal de Guimarães de 12 de novembro de 2012, foi autorizada a transferência, para a AMAVE, do montante correspondente à primeira tranche devida, no valor de €2.577,34. Considerando, contudo, que se trata de um projeto global, submete-se à aprovação da Câmara Municipal a autorização para a transferência do montante em falta, no valor de 19.896,07€ (dezanove mil oitocentos e noventa e seis euros e sete cêntimos), cujo pagamento será efetuado à medida que forem apresentadas as demonstrações da execução física e financeira do citado plano de formação.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA O

ANO DE 2013 – Presente a seguinte proposta: “Na sequência de um ofício da Associação de Municípios do Vale do Ave, datado de 21 de Fevereiro de 2012, remetendo o mapa com a previsão dos custos com pessoal e de funcionamento para o ano de 2013, bem como as transferências a efetuar pelos Municípios, submete-se à aprovação do executivo camarário a transferência, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, da verba de 85.961,15€ (oitenta e cinco mil novecentos e sessenta e um euros e quinze cêntimos) correspondente a custos de pessoal, assim como da verba de 66.552,79€ (sessenta e seis mil quinhentos e cinquenta e dois euros e setenta e nove cêntimos), correspondente a custos de funcionamento, no valor total de 152.513,94€ (cento e cinquenta e dois mil quinhentos e treze euros e noventa e quatro cêntimos).



Junto se anexa o quadro dos custos de funcionamentos imputados.” O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE SELHO S. LOURENÇO

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Selho (S. Lourenço), assinalada na planta anexa. A sua elaboração está em harmonia com a Junta e Assembleia de Freguesia, e permitirá melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária nos arruamentos em causa.” A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** ----

TRÂNSITO – ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA FREGUESIA DE PONTE

– Presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de Ponte, assinalada na planta anexa. A sua implementação irá permitir a melhoria das condições de circulação e segurança rodoviária no arruamento em causa.” A referida planta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO POR UNANIMIDADE APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

EDUCAÇÃO – EB1/JI DA CRUZ D’ARGOLA – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: “A E.B.1 /J I da Cruz D`Argola solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 28 de Maio a uma visita á Central de Resíduos Sólidos. Assim,

ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por despacho a 15 de Maio de 2013, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à ratificação à reunião de Câmara pedido de apoio. **DELIBERADO**

RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – EB1/JI DE BARCO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Escola E.B.1/JI

de Barco solicitou, a colaboração do município através de cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos alunos, no dia 29 de Maio aos Paços dos Duques e Montanha da Penha. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 64 da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, por despacho a 14 de Maio de 2013, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à ratificação à reunião de Câmara o apoio concedido.”

DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – EB1/JI TELHADO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO

– Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Penselo solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos alunos da E.B.1/J.I do Telhado, no dia 4 de Junho á Quinta das Manas em Polvoreira. Considerando que se trata da realização de uma visita de estudo de relevante interesse pedagógico, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho a 06 de Maio de 2013, propõe-se o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se à Reunião de Câmara para deliberação.”



DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**CULTURA – DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA MECÂNICA DA
UNIVERSIDADE DO MINHO PROVA SHELL ECO-MARATHON –**

Presente a seguinte proposta: “O Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade do Minho vai participar na prova da Shell Eco-Marathon com um carro na categoria de protótipo a gasolina. A Câmara Municipal tem apoiado participações anteriores e o desenvolvimento do projeto de um carro de muito baixo consumo, sendo o subsídio concedido fundamental para o suporte dos encargos de participação na prova e implementação do projeto. Considerando o interesse pedagógico desta participação e a divulgação do nome da cidade que estará patente nesta prova internacional, proponho a atribuição de um subsídio de 1 500,00€ (mil e quinhentos euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº4 do artigo 64º da lei nº 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA
CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA
CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**